



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJovem CAMPO

Glicerinaldo de Sousa Gomes ¹
Josileide Carmem Belo Gomes ²

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de políticas públicas configura-se como a articulação entre o saber científico e o saber popular. E seu desenvolvimento acaba por gerar uma expectativa de melhoria e desenvolvimento educacional, humano, econômico e social, sobretudo em comunidades rurais.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de análises e discussões sobre a temática da Educação do Campo, tendo como ponto de partida o Projovem Campo Saberes da Terra que recentemente foi desenvolvido no estado da Paraíba e, traz consigo esse viés de esperança, acolhimento, inclusão social, aumento da escolarização e valorização do homem e da mulher, em especial, os que residem e sobrevivem do campo.

Buscaremos analisar e descrever a política pública que permeia este programa federal que é desenvolvido por Estados e municípios. Temos, também, o intuito de mensurar as estratégias e eixos que o compõe, além de mensurar a sua eficácia para o desenvolvimento social, educacional e produtivo, no contexto de onde ele é desenvolvido.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada constou de pesquisa científica exploratória, desenvolvendo a pesquisa baseado em bibliografias acerca do tema, assim como análises dos estudos de casos. E descritiva, baseada em questionários, observação e levantamento de dados. (RAMPAZZO, 2005).

Gil (2008, p.27) contribui ao descrever que pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

¹ Graduado em Pedagogia, Mestre em Gestão nas Organizações ambos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, professor da Educação Básica, glicerinaldo@gmail.com;

² Graduada em tutora do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, josileidecarmem@gmail.com;

Tendo por referência a implementação do programa Projovem Campo Saberes da Terra, como efetivação de uma política educacional, no estado da Paraíba, em sua edição 2018-2020.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um direito universal. Está constitucionalmente garantida para todos na Carta Magna de 1988. E mais que isso, todos têm direito a uma educação de qualidade. Observa-se, no entanto, que ao longo da história brasileira, o direito a uma escola regular e de qualidade – princípio básico da educação – nem sempre foi garantido a negros, índios, famílias rurais e povos que trabalham no campo, dentre outras classes sociais que são menos favorecidas ou abastadas socialmente.

Em meados do século XX, emergiram várias medidas com o objetivo de implantar projetos educacionais na zona rural e no desenvolvimento do campo, tais como a CBAR (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais). Nesse período, foi realizada a primeira conferência nacional de educação, afirmando o discurso do ruralismo pedagógico, pelo qual se pretendia integrar a escola às condições locais regionalistas, suas vivências e peculiaridades.

Na década de 60, o Brasil passou por mudanças significativas, principalmente na educação popular, com uma nova concepção, destacando-se a alfabetização de jovens e adultos, como instrumento de emancipação popular e de promoção do desenvolvimento nacional. Destaca-se, nesse período, Paulo Freire cuja expressão maior deu-se por meio dos Movimentos de Educação de Base (MEB) e dos Centros Populares de Cultura (CPC). Contudo, esses programas foram abalados devido ao Golpe Militar de 1964, o que impediu que essa ideologia fosse aplicada em uma educação popular. Mesmo na ditadura, o governo militar promoveu programas para diminuir o alto índice de analfabetismo, como a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), o EDURURAL e o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que a partir de 1970, foi efetivamente implementado.

No entanto, todos esses programas e projetos tinham um aporte que pouco se enquadrava as necessidades verdadeiras da sociedade. Esse tipo de educação contribuiu sim para a diminuição do analfabetismo, muitas pessoas aprenderam a ler e escrever, mas não aprenderam a indagar, a opinar, nem tampouco a compreender verdadeiramente a sua realidade.

No tocante à educação rural, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, significou um avanço, ao prever a necessidade de adequar a escola à realidade do



campo o que, era inédito. No título V, capítulo II, o artigo 28, faz menção a essa modalidade, nos seguintes termos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, Lei 9.394/96).

Vários programas foram desenvolvidos no âmbito da educação, culminando em 2001 a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em que se representava a educação do campo com o sentido de tratá-la como educação rural na legislação brasileira, incorporando os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, e até ultrapassando ao acolher os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas.

A ementa básica de cada eixo temático, que deve ser adequada e complementada em cada estado/região de acordo com suas características e peculiaridades, é a seguinte:

- Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia – As relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da Agricultura Familiar, problemas e potencialidades nas dimensões de gênero, etnia, geração e de identidade, além da relação campo-cidade.
- Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo – Agricultura Familiar e suas relações com os sistemas de produção; o papel da família e da comunidade na transformação do ambiente e dos ecossistemas; limites, potencialidades e desafios dessa transformação ecológica; as práticas dos sistemas de produção locais e sua reprodução social; a produção e reprodução familiar, territorialidade e influências das relações de trabalho internas e externas ao estabelecimento rural na produção familiar e realidades do campo.
- Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas - Estudo das organizações sociais, Estado e sociedade civil num contexto sócio histórico, discutindo conceitos de cidadania e ética; Análise dos conceitos de Estado, Governo, Democracia; a trajetória dos Movimentos Sociais e das Organizações Sociais e suas implicações na definição de Políticas Públicas. Refletir sobre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do ensino e valorização das manifestações culturais e sociais; Compreender as políticas para a Agricultura Familiar: crédito, assistência técnica, geração de trabalho, renda e mercados.
- Economia Solidária - O campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; sistemas sociais e econômicos ao longo da história; modos de produção e



organização social; Legislação agrária e ambiental. Formas de economia solidária no Brasil: cooperativismo, associativismo, microcrédito e sistemas de crédito; Mercados solidários e comércio justo.

- Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial - Estudo, pesquisa e reflexão sobre conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade; desafios, limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da agroecologia; importância do uso racional dos recursos naturais; Políticas Públicas; experiências de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável; práticas sustentáveis nas unidades familiares de produção.

Cabe às coordenações estaduais, movimentos sociais do campo, comissões de educação do campo, instituições formadoras, conselhos estaduais de educação e responsáveis pelos setores jurídico-administrativos o desafio de recriar, no âmbito de suas atribuições, as condições, instrumentos, rotinas, controles e regulamentos necessários e adequados para atender a esta política de educação adequada aos jovens do campo.

Pretende-se que o jovem agricultor familiar alcance seus anseios mais básicos de cidadania, acesso à educação e à formação profissional adequada à sua realidade, onde o aluno, da sua sala de aula, possa enxergar possíveis frutos e resultados pela janela, no campo. Prevê-se que ele deixe de ser, até mesmo, taxado de “matuto”, ao conhecer-se e se reconhecer como cidadão, indivíduo fundamental para a sociedade e para o campo.

Diante do que anteriormente foi exposto e citado, percebe-se que a educação no campo merece ser reconhecida e trabalhada de modo diversificado, valorizando sua cultura e tradições numa perspectiva otimista. Assim o presente projeto visa identificar essas potencialidades e até que ponto as políticas educacionais no seu desenvolvimento tem, de fato, contribuído para o desenvolvimento não apenas local, mas também regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização curricular do programa tem como base o eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade, dividido em cinco cadernos temáticos: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. Esses cadernos carregam conhecimentos que fazem parte do currículo escolar contextualizado para a vivência do campo, necessitando que o educador de vida a estes conteúdos.

O desenvolvimento das aulas compreende o chamado tempo-escola, que é desenvolvido na própria escola com a ministração das aulas em espaço formal e, pelo tempo-comunidade, como o próprio nome sugere, é desenvolvido na comunidade dos educando contemplando atividades de campo, visitas a plantações, audição de experiências, desenvolvimento de projetos dentre outros.

Além disso, o professor de qualificação profissional deve estruturar, juntamente com os demais professores e alunos projetos de intervenção profissional e pedagógica a partir da realidade e do contexto produtivo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação do programa constitui uma salutar luta por agregar valor aos conhecimentos populares à medida que trabalha conhecimentos científicos e estrutura bases para a formação profissional. Defendendo o caráter identitário das populações do campo, as relações familiares e de produção, as gerações, a coletividade e cooperação como meio de fortalecimento.

Sendo uma alternativa viável para o aumento da escolarização e qualificação profissional, configurando-se como a conquista de direitos e a melhoria da qualidade de vida. Porém, vários problemas estruturais foram identificados em cidades em que a edição 2018-2020 do programa foi desenvolvida, indo desde o local de realização (na cidade), a falta de apoio logístico e financeiro e a própria sensibilidade para compreender as necessidades e singulares da comunidade fizeram com que alguns núcleos fossem fechados sem concretizar o sonho de vários jovens.

Palavras-chave: Educação do Campo; EJA; Projovem Campo Saberes da Terra.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. **Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical, Bahia.** Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade. Salvador: UNEB, 2005.

BRASIL. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/imprensa/miolo_seminario_ed_campo.pdf

_____. **Projeto Base – Projovem Campo Saberes da Terra.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem_projetobase2009.pdf.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/>



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

pdf/ldb.pdf.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. M. R. **Impactos do Projovem Campo – Saberes da Terra na Vida dos Educandos do Programa em uma Comunidade de Gado Bravo - PB**. Monografia do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação. UEPB: Campina Grande, 2014.

MOLINA, M. C. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010

SILVA, M. S. **Educação básica do campo: no silêncio das políticas educacionais, a negação da igualdade do direito e o desrespeito às diferenças**. In: Uma escola para a inclusão social. CÂMARA dos deputados, Comissão de Educação e Cultura: Brasília, 2003.

SILVA, M. S. **Os saberes do professorado rural: construídos na vida, na lida e na formação**. Dissertação de Mestrado - UFPE, Recife, 2000.